

O público e o privado na educação

Luiz Fernandes Dourado*
Maria Sylvia Simões Bueno**

INTRODUÇÃO

O debate entre o público e o privado na educação brasileira não é recente, e as pesquisas explicitam pontos de convergência e de divergência entre os quais se inserem as questões destas categorias e seus reflexos em cada modalidade e/ou nível educacional, destacando análises que tratam da natureza e do caráter da educação.

Ao situar o embate entre o público e o privado, é necessário ressaltar que seus desdobramentos efetivos vinculam-se às determinações estruturais e conjunturais de uma dada realidade sociopolítico-cultural. Entende-se a educação, para efeito de análise, como uma prática social contraditória, com objetivos e fins nem sempre convergentes, resultantes da sua caracterização como campo de disputas hegemônicas de projetos sociais providos de historicidade e impregnados pelas condições sociopolítico-culturais nas quais se constituem e buscam se efetivar.

Neste sentido, os debates sobre a educação brasileira têm sido permeados pelos confrontos entre os defensores do ensino público e os defensores do ensino privado, cujas demarcações teórico-conceituais sofrem alterações substantivas ao longo da história, apesar de resultarem da precária delimitação entre as esferas pública e privada da sociedade. Essa indefinição fronteiriça acarreta, particularmente, a ambigüidade do Estado enquanto expressão de Poder Público.

A análise das políticas engendradas pelo Estado brasileiro e, em especial, os desdobramentos assumidos por este na esfera educacional são claros indicadores dessas disputas sociais e do caráter ideologicamente privatista assumido pelo Estado *stricto sensu* no Brasil.

Esse caráter privatista é resultante, entre outras coisas, do alargamento das funções do *ethos* privado, ainda que subvencionadas pelo Poder Público. Tal quadro produz uma situação perversa da ação estatal, na medida em que esta não estabelece as fronteiras e diferenças entre os interesses coletivos e os interesses particulares, facultando a emergência da privatização do público e, conseqüentemente, a interpenetração entre as esferas público e privado.

Nessa perspectiva, Pinheiro (1996, p. 258) afirma que

No Brasil, após a década de 30, concomitante ao processo de intervenção do Estado na esfera econômica, como principal agente do desenvolvimento, ocorreu uma tendência de privatização da esfera pública. Mas o processo de interpenetração entre essas esferas caracterizou-se por um duplo prejuízo da esfera pública, pois tanto a intervenção do Estado na área econômica quanto do setor privado na esfera pública favoreceram primordialmente *interesses privados e não públicos*. (grifo nosso)

* Doutor em Educação, professor titular da Universidade Federal de Goiás (UFGO).

** Doutora em Educação, professora assistente-doutora da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp/Marília).

Esse confronto ou essas ideologias em conflito vão assumindo, portanto, contornos/configurações diferenciados ao longo do processo histórico, tendo em vista as questões conjunturais em que se efetivam, seus protagonistas e a caracterização do regime político. Trata-se de um embate que não se circunscreve à agenda educacional mas tem nela explicitação concreta, revelando, desse modo, o papel da educação como constituinte e constitutiva das relações sociais.

O conflito público/privado vai margear os desdobramentos do Estado no Brasil e as implicações disso na órbita de suas políticas. Na área educacional, esse atrito, plenamente configurado a partir dos anos 30, vai desenhar-se como resultante das disputas político-ideológicas por hegemonia entre os defensores da escola pública e os defensores da escola privada, nas décadas seguintes, e vai ser objeto de vários estudos e pesquisas que tentam compreender como se processa a interpenetração dessas esferas.

Considerando essas demarcações iniciais, é objetivo deste trabalho situar a produção na área educacional sobre a temática, indicando os recortes efetivados por 33 pesquisas no período de 1991 a 1997. Para efeitos analíticos, procedeu-se, inicialmente, à análise dos resumos das referidas pesquisas e sua categorização e, em decorrência deste processo, à tentativa de explicitação dos horizontes teórico-metodológicos subjacentes às mesmas.

O PÚBLICO E O PRIVADO: MARCOS TEÓRICOS NA AGENDA EDUCACIONAL

A relação público/privado constitui objeto de pesquisas específicas ou articuladas a outras temáticas relativas à administração e à política educacional e sofre, sob o rigor da análise acadêmica, crivos constantes. Público e privado são categorias expostas a dupla contaminação e tendem a tornar classificações nelas ancoradas cada vez menos pacíficas e mais carregadas de dubiedade. Essa questão atravessa fronteiras e se constitui objeto de investigação em muitos países. Estevão, ao discutir, em sua dissertação de doutorado, a escola privada portuguesa enquanto organização, procura elucidar conceitualmente o referido binômio, cuja dinâmica projeta imagens que implicam múltiplas significações entrelaçadas. Ele assinala que

o público aparece, amiúde, colado ao sistêmico, ao manifesto, ao formal, ao generalizável e, de algum modo também, ao universo cultural dos símbolos e rituais partilhados e ao poder publicitável; ao passo que o privado, na esteira de sua etimologia, é vinculado a um certo sentido de privação, ao que se encontra afastado ou isolado da sociedade pública e, simultaneamente, ligado aos recursos próprios (idéia de propriedade), ao uso individual e doméstico, ao íntimo, ao que não está sujeito à intrusão de outros, ao que não é festivo; ou seja, o privado é reservado para o secreto, o informal, o particular, o individual ou o interpessoal, e ainda para o poder oculto. (Estevão, 1998, p. 5)

As duas esferas assumem, assim, conotações diversificadas, dependendo do olhar que lhes é lançado. Todavia, enquanto caracterização jurídico-formal, essas categorias, carregadas de historicidade, indicam demarcadores que as vinculam à explicitação do regime jurídico. A esse respeito, Mello (1975, p. 14) registra que

Saber se uma atividade é pública ou privada é mera questão de indagar do regime jurídico a que se submete. Se o regime que a lei lhe atribui é público, a atividade é pública; se o regime é de direito privado, privada se reputará a atividade, seja, ou não, desenvolvida pelo Estado. Em suma: não é o sujeito da atividade, nem a natureza dela que lhe outorgam caráter público ou privado; mas o regime a que, por lei, for submetida.

No campo das políticas sociais e, particularmente, na arena das políticas educacionais e de seus desdobramentos efetivos, a relação público/privado assume contornos mais complexos,

no interior dos quais a análise da natureza e do caráter das experiências esboça cenários ambíguos. Desse modo, o embate público *versus* privado, ao adjetivar instituições escolares das quais se pretendem especificar funções, características e relações com o Estado, parece travar-se por uma luta por legitimidade e significância que pode encaminhar um processo de desqualificação ou, paradoxalmente, a apropriação de traços qualitativos de um e de outro, valorizados em função do momento vivido e dos interesses e tendências predominantes.

No bojo desse processo, a impregnação de concepções originárias de vertentes teóricas liberais nas organizações e instituições sociais contemporâneas concorre para a formação de uma área cinzenta que mescla qualidades difusas ora associadas a um, ora a outro desses conceitos. Em tal quadro, a discussão do binômio, de suas contraposições, articulações, travessias e mestiçagens constitui temática importante num momento em que o dimensionado como público aproxima-se e incorpora características do mercado a título de modernização, e o conhecido como privado – num momento em que os bens públicos se individualizam na perspectiva da competitividade e perdem de certo modo sua feição de direito social inalienável – persegue novas identidades, vestindo peles de cordeiro que lhe dêem uma cara social.

Processa-se, nessa perspectiva, uma falsa publicização do privado, que se apropria cada vez mais do espaço público no que concerne ao carreamento de recursos e à exploração de serviços, ao mesmo tempo que aprofunda suas características mercadológicas alinhadas ao processo de modernização e reforma do Estado, configurado como sua minimização no tocante às políticas públicas. Expressões indicativas do rótulo privado, que já marcavam vinculações ideológicas, tais como escola privada, particular, livre, confessional, não-estatal, leiga, laica, são enriquecidas por um repertório menos explícito, que inclui escolas paraestatais, comunitárias, não-governamentais, cooperativas, organizações sociais, etc.

O público, por sua vez, privatiza-se. Para além dos desdobramentos do tratamento da *res publica* como negócio particular, ranço de práticas populistas e clientelistas fundadas no que Ferreira (1986) denomina "teoria da coisa nossa", as pesquisas analisadas indicam, num cenário de imbricação entre o público e o privado, que esse processo adquire, na perspectiva economicista das políticas públicas, a feição empresarial de compra e venda de serviços. Esse caráter, traduzido em um jargão gerencial de eficiência, eficácia e qualidade total, possibilita a emergência de modalidades de privatização do público: escolas públicas pagas, autônomas, conveniadas, prestadoras de serviços e parceiras, entre outras.

Que critérios são então adotados para a identificação das instituições educativas? Em princípio, a distinção realiza-se com base em aspectos singulares ou combinados, tais como: perfil institucional do mantenedor (propriedade), natureza jurídica, fonte principal de recursos, existência de contrapartida financeira para o benefício que oferecem, etc.

Numa perspectiva jurídico-administrativa, o público identifica-se pela manutenção/gestão do poder governamental ou de entidades de direito público, e o privado, pela gerência e propriedade de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Esse critério não apreende, todavia, as nuances da interpenetração entre as duas esferas no mundo contemporâneo e não abarca adequadamente as peculiaridades das chamadas escolas comunitárias, filantrópicas ou identificadas com organizações não-governamentais, cujos contornos tornam-se pouco nítidos quando sua finalidade é definida como propriedade pública não-estatal.

Quando a subjetividade impregna esses critérios e os fundamenta com argumentos ideológicos e valorativos, a relatividade conceitual das duas categorias se aprofunda. Nessa perspectiva, imagens contraditórias são projetadas, nos dois casos, desenhando escolas públicas ora como nichos da elite, ora como depositárias de entulho burocrático, arcaísmo e ineficiência, e escolas privadas ora alçadas a centros exemplares de excelência e modernidade, ora reduzidas a espaços de consumo rápido, imediatista e mercadológico, sem o crivo de qualidade dos serviços.

Se, de um lado, percebe-se um persistente antagonismo entre as duas esferas, de outro, há uma apropriação crescente de traços de uma pela outra. A aproximação da escola pública

da escola privada emerge das intenções (expressas ou não) subjacentes às propostas de descentralização e autonomia sugeridas pelas agências internacionais, como o Banco Mundial. Alguns textos, principalmente os voltados para a questão do financiamento ou para reformas institucionais, são bastante explícitos. O processo de ressignificação da descentralização do sistema escolar defendido por esses organismos multilaterais articula-se, via de regra, com sua progressiva privatização ou assunção de modelos e estratégias de mercado, capitaneadas pela desconcentração das ações, sem que ocorra uma garantia efetiva de financiamento. Tais encaminhamentos têm resultado, como é possível constatar no plano concreto, na crescente desobrigação do Estado no terreno educacional.¹

Ao refletir sobre esse quadro complexo, dúbio e conturbado, Gentili (1998) assinala que coexistem hoje formas muito variadas de conjugar o verbo privatizar. Todavia, duas questões fundamentais parecem permear esse fenômeno: em primeiro lugar, ele se constrói no seio do processo mais amplo de reestruturação do mundo contemporâneo; em segundo lugar, acompanha o discurso que prega a redução da intervenção estatal e a transferência – em nome da eficiência e da efetividade – de suas responsabilidades para o setor privado.

O referido pesquisador dá atenção especial às dimensões menos evidentes da privatização do público, que ultrapassam o aspecto econômico e embutem formas originais e ousadas que delegam o fornecimento dos serviços educacionais mas preservam seu financiamento. Essa estratégia mantém o Poder Público extremamente comprometido com a subvenção e "gratuidade" de serviços "semipúblicos" em nome de uma visão questionável da liberdade de escolha, se considerarmos, por exemplo, os desdobramentos das recentes experiências chilenas na área do financiamento educacional (Figueroa, 1997).

A multiplicidade de dimensões que atravessa a relação público/privado na área educacional vem, assim, exigir, cada vez mais, estudos que a explicitem e denunciem a crescente sobrevalorização do individual e do privado, naturalizada pelo consenso ideológico subjacente à "nova" argumentação liberal que reconfigura o Estado como guarda-chuva protetor do bem-estar do capital.

CARACTERIZAÇÃO GERAL DAS PESQUISAS

Constructo da categoria *O Público e o Privado na Educação*

Considerando os citados marcos teóricos, em menor ou maior abrangência, as pesquisas analisadas evidenciam o constructo da categoria e indicam subcategorias que explicitam os processos reveladores da interpenetração entre essas esferas.

Entre onze temas destacados pelo projeto de pesquisa sobre Políticas e Gestão da Educação no Brasil: 1991-1997, num universo de 922 pesquisas, a categoria em questão e seus desdobramentos correspondem a apenas 3,5% do total, o que representa o número de 33 trabalhos. Os resumos classificados dentro desse campo são diferenciados entre si e permitem a identificação das seguintes subcategorias: Relações Público/Privado, Estudos Comparativos, Esfera Pública, Esfera Privada e Instituições Filantrópicas/Confessionais. As referidas subcategorias desenham o perfil do subconjunto de pesquisas e, dentre elas, sobressai a das Relações Público/Privado, que concentra a maioria dos trabalhos (Gráfico 1).

¹ Nesse particular, podem ser citados especialmente textos publicados pelo Banco Mundial: *Prioridades y estrategias para la educación* (1996); *Decentralization of education gaining consensus* (Fiske, 1996); *Decentralization of education: community financing* (Bray, 1996); e *Beyond the Washington consensus* (Burky, Perry, 1998).

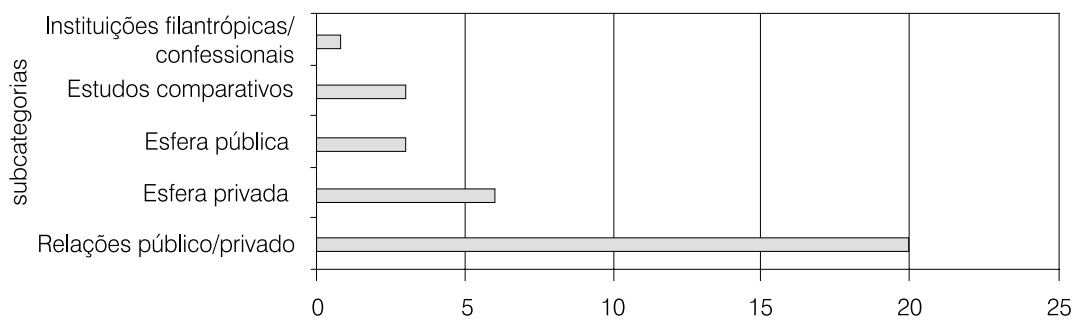


Gráfico 1 – Perfil da categoria O Público e o Privado na Educação

A distribuição dos trabalhos por subcategoria, ao longo do período pesquisado, evidencia a concentração maior de pesquisas nos anos de 1992 e 1995. É evidente outrossim que, mesmo acompanhando essa tendência, a discussão da subcategoria Relações Público/Privado cresce também em 1997, possivelmente estimulada pela intensificação do processo de interpenetração dessas esferas, tendo em vista a reforma do Estado em curso. Essa reforma é centrada em processos de clara privatização de setores estratégicos e na emergência de novas formas de regulação e gestão que privilegiam a implementação do modelo das organizações de serviço público não-estatais, também denominado de terceiro setor.

Tais organizações são definidas por Pereira e Grau (1999, p. 16-17) como

organizações ou formas de controle "públicas" porque voltadas ao interesse geral; são "não-estatais" porque não fazem parte do aparato do Estado, seja por não utilizarem servidores públicos, seja por não coincidirem com os agentes políticos tradicionais. A expressão "terceiro setor" pode considerar-se também adequada na medida em que sugere uma terceira forma de propriedade entre a privada e a estatal, mas limita ao não-estatal enquanto produção, não incluindo o não-estatal enquanto controle (...) o que é estatal e, em princípio, público. O que é público pode não ser estatal, se não faz parte do aparato do Estado.

Essas novas formas de regulação e gestão complexificam o cenário das políticas sociais e, particularmente, das políticas educacionais, a partir do aparecimento de novas formas de implementação de bens públicos com ênfase no estabelecimento de parcerias de múltiplas combinações como alternativa para suprir a combalida e ineficiente atuação do Poder Público, assim identificada pela própria fala governamental, e o desinteresse do mercado na coordenação de determinados serviços, sem que se perca, contudo, o papel do Estado como ente regulador e transferidor de recursos para o terceiro setor. Esse cenário pode ser visualizado no Gráfico 2.

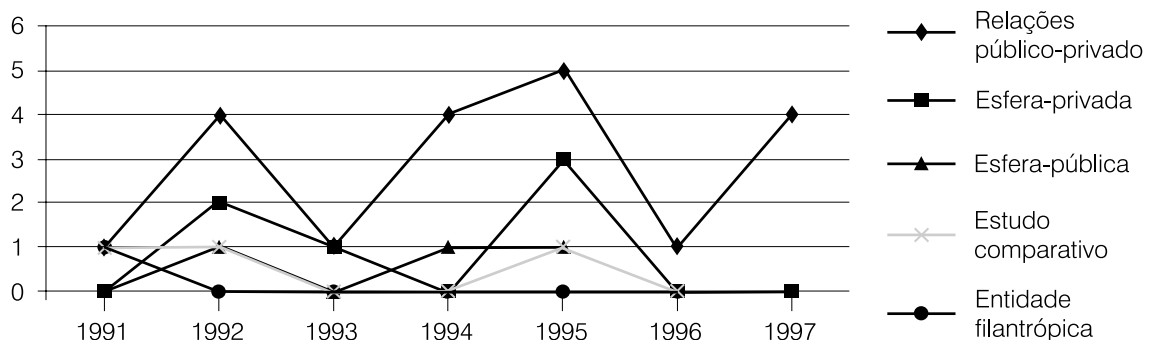


Gráfico 2 – Incidência das subcategorias por ano de publicação

Identificação e Análise dos Descritores por Subcategoria

Os resumos analisados não enunciam descritores. Nesses termos, para tentar aprofundar, na medida do possível, a reflexão sobre o enfoque temático dos trabalhos, no intuito de delinear o perfil de cada subcategoria, a classificação foi conduzida pela seleção dos descritores evidenciados nos textos dos resumos e não nos trabalhos neles sintetizados. A ausência de um critério uniforme em sua formulação amplia, de certo modo, o caráter especulativo dessa classificação. Isso não impediu, todavia, que a análise evidenciasse a coerência da produção acadêmica da década de 90 com as questões e vicissitudes que perpassam a temática em discussão.²

Assim, num esforço de síntese dos descritores identificados por subcategoria, é oportuno situar, quanto à temática mais recorrente – Relações Público/Privado – , nuances apreendidas pela pesquisa em tela, na medida em que localizam a questão público e privado como um conjunto de relações cujo deslindamento implica análises mais amplas. Desse modo, situam-na como inexoravelmente interligada a processos macroestruturais de cujo escopo não escapam as políticas educacionais. Nesse quadro, os trabalhos privilegiaram: a análise crítica do encaminhamento oficial de soluções privatistas para o ensino superior no correr da década; os processos e modalidades de privatização, com destaque aos novos arranjos jurídico-formais (fundações, convênios, parcerias, prestação de serviços, etc.); políticas expansionistas e de interiorização de ações e atividades educacionais; afloramento de novas categorizações centradas na ambigüidade da relação público/privado, entre outros.

Os trabalhos arrolados na subcategoria Esfera Privada, por sua vez, abriram espaço, na primeira metade da década, para o balanço crítico dos aspectos positivos e negativos de uma instituição privada. A subcategoria corresponde às pesquisas cuja ótica analítica objetiva a compreensão de processos efetivados no âmbito do setor privado enquanto identidade institucional, concepções, papéis docente e discente, expansão e avaliação, entre outros.

No âmbito da esfera pública, os trabalhos ressaltam a questão social, imprimindo um caráter eminentemente político à discussão. A análise da noção de esfera pública envolve relações entre a noção de efetividade social e o conceito de público, tendo por horizonte a qualificação do popular. Nessa ótica, situa concepções e desdobramentos efetivos de processos e ações voltadas para a ressignificação da esfera pública e sua democratização.

As pesquisas concentradas em realizar estudos comparativos tiveram espaço reduzido até meados do período. A despeito do pequeno número de trabalhos, a análise contempla questões estruturais de acesso, oferta e demanda ao ensino nos diferentes níveis e modalidades educacionais, e sua tônica principal é a busca de localização e avaliação desses níveis e modalidades nos setores público e privado, realçando suas condicionantes e implicações.

A subcategoria Instituições Filantrópicas/Confessionais busca situar-se na mediação entre o público *stricto sensu* e o privado, destacando peculiaridades presentes na identidade institucional do segmento denominado filantrópico e nos processos de participação desenvolvidos em seu interior.

É importante assinalar que os resumos analisados não dão conta da produção nacional sobre o tema no período indicado, mas revelam a riqueza e fertilidade do campo focalizado. Trata-se

² Descritores por subcategoria (supostos a partir dos resumos): Relações Público/Privado: expansão, interiorização, fundações municipais de ensino superior, prática educacional, instituição pública, organização burocrática, ensino superior, sistema político-administrativo, apropriação de recursos públicos, publicistas, privatistas, parceria Estado-Igreja, propostas da LDB, estadualização, poder privado, mensalidades escolares, privatização da universidade, relação Estado/Igreja, fundação, ideologia neoliberal, conceito de não-público, nacionalização, transição escola comunitária/pública, privatização da esfera pública, conflito público-privado, modernização conservadora, proposta ideológica burguesa, neoliberalismo e educação, migração da escola particular para a pública, modernização do ensino médio; Estudos Comparativos: concepções do professor sobre a escola, condições estruturais, exame vestibular, educação especial, atuação dos serviços públicos e privados, oferta e demanda/ensino público e particular; Esfera Privada: escola particular, escolas alternativas, prática sindical/categoria docente, ensino superior privado na ótica discente, evasão no terceiro grau, expansão quantitativa, aspectos institucionais/legais; Esfera Pública: esfera popular, relação público/popular, escola pública e destino social, avaliação escolar, padrões burgueses, educação libertadora; Instituições Filantrópicas/Confessionais: perfil da entidade filantrópica, administração participativa, escola confessional.

de uma amostragem significativa, uma vez que contempla a produção de pesquisadores de 21 (vinte e uma) instituições que representam 12 (doze) unidades da Federação, inclusive o Distrito Federal (Tabela 1).

Tabela 1 – Produção de pesquisas segundo a instituição

INSTITUIÇÕES	NÚMERO DE TRABALHOS
UnB	1
UFRN	1
UFPB	2
UFPE	1
UFG	3
UFMG	2
UFMT	1
UFF	2
UFRJ	2
USP	3
Unicamp	2
PUC-SP	2
Unimep	2
PUC-Camp	1
UFSCar	1
Iesae/FGV	1
UFPR	1
UFSC	1
UFMS	2
UFRGS	1
Unisinos	1

Presença da Categoria nas demais Pesquisas

Os estudos classificados apresentam, outrossim, interfaces com outras categorias, tendo em vista que a temática está, via de regra, articulada a muitas questões. O ensino público, por sua vez, é o universo da maioria das pesquisas. É reduzido o número de trabalhos que têm por objeto o estudo de uma instituição privada. A esse respeito, merecem destaque análises que se propõem esse recorte, particularmente no que se refere ao ensino superior. A tônica atual parece indicar a implementação desse nível de ensino via políticas de expansão e interiorização potencialmente privadas, ainda que subsidiadas pelo Poder Público através de variadas formas.

Embora as pesquisas sobre o público e o privado em educação ocupem um campo reduzido em relação à maioria das demais categorias, essa temática foi objeto de reflexão e análise nos estudos relativos a sete das 11 temáticas identificadas. Sua presença é ressaltada por uma série de indicadores, que classificamos como específicos ou tangenciais, os quais denotam sua transversalidade e a existência de grande similaridade, na abordagem teórica e no tratamento analítico, com os estudos arrolados na categoria específica. Esse panorama, que realça a relevância do estudo da categoria dada sua recorrência na problemática educacional brasileira atual, é apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Presença da categoria O Público e o Privado na Educação nas demais categorias

CATEGORIAS	INDICADORES ESPECÍFICOS	INDICADORES TANGENCIAIS
<i>Direito à Educação e Legislação do Ensino</i>	Movimentos populares; recursos públicos/escolas públicas; escolas conveniadas.	Escolas comunitárias; organização comunitária; defesa da escola pública; direito à educação; cidadania; democratização; expansão.
<i>Planejamento e Avaliação Educacionais</i>	Comparação público/privado (mantenedor); tendências na relação público/privado.	Avaliação institucional da escola privada.
<i>Escola/Instituições Educativas e Sociedade</i>	Privatização do ensino superior; público/privado/comunitário.	Reconstrução da escola pública; modelo pedagógico do ensino privado; luta pela escola pública; classes populares/escola pública; movimentos comunitários e sindicais.
<i>Municipalização e Gestão Municipal da Educação</i>	Ensino público x ensino confessional.	Gestão pública.
<i>Gestão da Universidade</i>	Condições de produção acadêmica; ensino público, privado, confessional e comunitário; titulação docente/ privatização do ensino superior; cultura de pesquisa/condições institucionais; iniciativa privada/ qualidade do ensino.	Autonomia x ensino privado/confessional.
<i>Políticas de Educação: Concepções e Programas</i>	Tipologia público/privado; nexos público/privado em escolas cenevistas; valor do público e do privado.	Estado deserto; degradação do ensino público.
<i>Financiamento da Educação</i>	Privatismo/anti-privatismo; ruptura privatismo/ filantropismo; privatização de recursos públicos; escolas conveniadas.	Distorções na aplicação do salário educação; mercantilismo; políticas econômicas x orçamento público; gratuidade do ensino.

METODOLOGIA

É impossível deixar de apontar a variedade formal dos resumos apresentados, que reduz um pouco as possibilidades de análise. Seu perfil é diversificado: não seguem um padrão, não enunciam descritores, não contêm, via de regra, conclusões. Alguns são extremamente resumidos, atendo-se aos objetivos da pesquisa, outros contêm uma proposição que não inclui hipóteses e/ou questões norteadoras, e outros, ainda, reduzem-se à discriminação dos procedimentos metodológicos adotados.

Nesses termos, tais procedimentos se concentraram na definição de subcategorias que permitissem uma organização objetiva dos trabalhos e na identificação de descritores que orientassem sua análise e classificação.

Finalmente, as pesquisas referem-se, de maneira geral, à utilização de documentação como base de apoio às análises propostas e destacam, em alguns casos, o entendimento de documentação em sentido *lato*, ou seja, como articulação entre documentação oral e escrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas analisadas indicam que o embate entre os partidários da educação pública e os da educação privada no Brasil remonta à estruturação e consolidação do Estado brasileiro, sendo expressão da interligação entre as esferas privada e pública. Tais nexos são assegurados pela natureza patrimonial da sociedade e do Estado, cuja feição tem reduzido a educação à demanda individual, não se constituindo efetivamente um direito social. Nesse cenário, os confrontos público e privado vão se complexificando, tendo em vista o quadro sociopolítico e as diferentes forças sociais. Essa polemização ancora-se, inicialmente, no antagonismo recorrente entre os defensores do ensino laico e os defensores do ensino confessional, ao longo dos processos constituintes no País e, mais recentemente, vincula-se aos interesses do segmento empresarial e lucrativo.

Essa nova configuração se apresenta no contexto educacional destacando-se a rediscussão dos marcos entre o público e o privado. Novas questões são colocadas, destacando-se a subdivisão do setor privado em duas vertentes: a lucrativo/empresarial e a não-lucrativa, presentes no âmbito da Constituição Federal de 1988.

Tal conformação redirecionou o confronto entre os interlocutores, dando novo conteúdo político, sobretudo às escolas confessionais que chamavam para si o papel de instituições de ensino superior (IES) públicas não-estatais. As reformas educacionais em curso nos anos 90 indicam a transfiguração da atuação estatal no sentido de manutenção da égide privatista do Estado brasileiro através do incremento de novas facetas de intermediação entre as esferas pública e privada, fazendo emergir organizações com natureza e caráter ambíguos, como as fundações e as organizações sociais. Esses arranjos estão em sintonia com as recomendações das agências internacionais, com destaque às prescrições do Banco Mundial. Na busca de situar, nesse cenário reformado, as novas propostas e modalidades em curso, há trabalhos importantes a serem considerados, como o de Gentili (1998), já citado, que faz uma análise crítica do binômio em questão e das múltiplas combinações a que está sujeito. Em contraponto, há uma pesquisa da Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap), de 1996, na perspectiva governamental, que, a partir do questionamento da funcionalidade gerencial do setor público e da realização de uma pesquisa de campo, pretende construir um conceito de parceria público-privada e estabelecer uma nova tipologia. Há que se ressaltar, ainda, todo o processo de reforma do Estado implementado no País, particularmente na gestão Fernando Henrique Cardoso, cuja tônica tem sido a recomposição dos setores de Estado, nas formas de propriedade, administração e instituições, reforçando processos diretos de privatização e a emergência da forma de propriedade pública não-estatal (Petrucci, Schwarz, 1999; Pereira, Grau, 1999).

Nesse quadro de referências, novas facetas da relação público e privado vão se efetivando, merecendo destaque a discussão entre público estatal e público não-estatal, o que coloca para os pesquisadores da temática novos marcos e desdobramentos efetivos na esteira fronteiriça entre o público e o privado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANCO MUNDIAL. *Prioridades y estrategias para la educación*. Washington, DC, 1996.
- BRAY, M. *Decentralization of education : community financing*. Washington, DC : The World Bank, 1996.
- BURKY, S. J.; PERRY, G. *Beyond the Washington consensus : institutions matter*. Washington, DC : The World Bank, 1998.
- ESTEVÃO, C. A. V. *Redescobrir a escola privada portuguesa como organização*. Braga (Portugal) : Uminho, 1998.
- FERREIRA, O. *A teoria da "coisa nossa"*. São Paulo : GDR, 1986.
- FIGUEROA, A. R. Da resignação ao consentimento? Privatização da educação básica e média no Chile. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 100, p. 49-56, 1997.
- FISKE, E. *Decentralization of education : gaining consensus*. Washington, DC : The World Bank, 1996.
- GENTILI, P. *A falsificação do consenso*. Petrópolis : Vozes, 1998.
- MELLO, C. A. Bandeira de. *Prestação de serviços públicos e administração indireta*. São Paulo : Revista dos Tribunais, 1975.
- PEREIRA, L. C. Bresser. Uma reforma gerencial da administração pública no Brasil. In: PETRUCCI, V.; SCHWARZ, L. *Administração pública gerencial : a reforma de 1995*. Brasília : Ed. Universidade de Brasília : Enap, 1999.
- PEREIRA, L. C. Bresser; GRAU, N. C. *O público não-estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro : Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- PETRUCCI, V.; SCHWARZ, L. *Administração pública gerencial : a reforma de 1995*. Brasília : Ed. Universidade de Brasília : Enap, 1999.
- PINHEIRO, M. F. O público e o privado na educação : um conflito fora de moda. In: FÁVERO, O. (Org.). *A educação nas Constituintes brasileiras : 1823-1988*. Campinas : Autores Associados, 1996.